

POLÍTICA FISCAL

Novo atrito com Arthur Lira

Ao criticar programa criado na pandemia para estimular o setor de eventos, Fernando Haddad contrata novo desgaste com o Congresso

» EVANDRO ÉBOLI
» VICTOR CORREIA

Está aberta uma nova frente de atrito entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. A suspeita de irregularidades no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) levantada pela Receita Federal voltou a tensionar a relação entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O programa foi criado em 2021 para ajudar o setor de turismo, atingido pelas políticas de restrição da mobilidade das pessoas na pandemia da covid-19 que, por conta do isolamento social, foram orientadas a ficar em casa. Vários segmentos da economia foram atingidos.

Haddad confirmou, ontem, a investigação da Receita, e garantiu que será divulgado um relatório sobre possíveis fraudes. “Não se trata de caça às bruxas. Obviamente, quem errou vai ser punido na forma da lei. Trata-se de mostrar que o programa não pode ter essa dimensão. Isso é muito ruim para o país. O país não está em condições de desperdiçar esse dinheiro diante do quadro (fiscal), que inspira cuidados”, explicou.

O ministro pediu à Receita que divulgue dados do CNPJ das empresas beneficiadas pelo programa. “Nós vamos dar a público o quanto cada empresa deixou de recolher (em impostos) alegando ser beneficiária do programa. Isso vai deixar claro que, na verdade, não foram R\$ 4 bilhões (de renúncia fiscal total), como se estimava. O informe é superior a R\$ 16 bilhões, ou seja, quatro vezes mais”, disse Haddad.

Lideranças do Congresso já haviam recebido do ministro alertas sobre essas distorções no

Evandro Éboli/C.B. Press



Lobby pela manutenção do Perse, programa que deu benefícios fiscais ao setor de eventos, reúne parlamentares, empresários e sindicalistas na Câmara

Perse, em que a suspeita é de operações ilegais que envolvem, inclusive, lavagem de dinheiro.

No discurso de reabertura do ano legislativo, na segunda-feira, Lira fez uma defesa do programa, logo depois de criticar o governo Lula e dizer que os parlamentares exigem, “como natural contrapartida”, o respeito aos acordos.

“Conquistas como a desoneração (da folha de pagamento) e o Perse, essencial para que milhões de empregos de um setor devastado pela pandemia

se sustentem, não podem retroceder sem ampla discussão com este Parlamento”, afirmou Lira, no discurso.

A medida provisória editada pelo governo no fim do ano passado que reonerou a folha de pagamento para 17 segmentos da economia que gozam de benefícios fiscais prevê a extinção gradual do Perse até 2025. O governo destinou R\$ 20 bilhões para o programa. Quando esse valor for atingido, o Perse deve ser encerrado.

A revelação de possíveis desvios no programa ocorreu na

véspera de um grande encontro, no Congresso Nacional, de parlamentares que defendem a continuidade do Perse, e de empresários e empregados do setor de turismo. Deputados e senadores de legendas diversas discursaram no salão Nereu Ramos, na Câmara, que estava lotado.

O deputado Felipe Carreras (PSB-PE) — autor do projeto que criou o programa e principal defensor e líder desse movimento — afirmou que manter o esvaziamento do Perse na medida provisória é uma “discriminação

com o setor de eventos”. Ele afirmou ser “estranho” que essa suspeita de ilegalidade tenha vindo à tona na véspera do encontro dos segmentos do turismo.

No seu discurso para a plateia, Carreras declarou que o Perse é um programa que ultrapassa os partidos e vai além das diferenças políticas e ideológicas. Ele afirmou que integra um partido, o PSB, da base do governo, “de Geraldo Alckmin”, mas que o tema é de todos. No palco, congratulou com outros parlamentares, como Eduardo Bolsonaro



Não se trata de caça às bruxas, quem errou vai ser punido na forma da lei. Se trata de mostrar que o programa não pode ter essa dimensão. Isso é muito ruim para o país. O país não está em condições de desperdiçar esse dinheiro diante do quadro (fiscal), que inspira cuidados”

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

(PL-RJ). Carreras disse que fez “oposição respeitosa” ao governo de Jair Bolsonaro. O filho do ex-presidente disse que, se o pai tivesse sido reeleito, aquela reunião não estaria acontecendo.

Entre os poucos governistas presentes no ato, o deputado Jonas Donizette (PSB-SP) contou que é vice-líder do governo Lula na Câmara, mas que apoia a continuidade do programa.

Fernando Haddad disse que o relatório do Perse será produzido e divulgado rapidamente, assim que governo e servidores da Receita fecharem um acordo para encerrar a greve no órgão. O ministro receberia, ontem, um grupo de deputados e empresários da hotelaria que defendem os incentivos fiscais, mas o encontro foi cancelado.

“Cumprimos os acordos”

» HENRIQUE LESSA

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, garantiu, ontem, que não há razão para se questionar o cumprimento dos acordos políticos por parte do governo. A fala de Costa é uma resposta ao discurso, na última segunda-feira, do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na abertura do ano legislativo.

“O acordo que fizemos foi cumprido, que foi incorporar emendas de comissão em R\$ 11 bilhões. O que foi colocado além disso não faz parte do acordo”, disse o ministro, ontem, em São Paulo, em uma conferência organizada pelo banco BTG Pactual.

O veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à parcela de R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão do Congresso, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, é indicado como o principal motivo das insatisfações de Lira. O valor que constava no texto aprovado pelo Parlamento era de R\$ 16,6 bilhões, mas Costa garante que acordou, diretamente com Lira, um valor menor, de R\$ 11 bilhões.

“Não tem polêmica sobre R\$ 5,6 bi. Eu participei no fim do ano de um diálogo direto com o presidente da Câmara, o acordo que nós fizemos foi cumprido”, afirmou Costa. “Os R\$ 11 bilhões já são o bastante, é metade da capacidade de investimento discricionário do Brasil. Qual parlamento no mundo tem metade da capacidade de investimento discricionário de um país?”, alfinetou o ministro.

Questionado sobre o desconforto do governo com as cobranças públicas de Lira, Costa desconvorsou e enfatizou que o “interesse nacional deve se sobrepôr a eventuais diferenças pessoais, ou vaidades pessoais, seja de quem for; é fundamental colocar o interesse na nação, quanto mais transparente e aberto for o debate, melhor”, completou o ministro.

José Cruz/Agência Brasil



Rui Costa rebateu críticas sobre veto de emendas: “Tudo combinado”

Errou na mão

O Palácio do Planalto tem dado indicações que não pretende entornar o caldo com o presidente da Câmara. Apesar de Lira, em seu discurso, ter feito alguns acenos ao governo, o tom geral, apontam fontes, foi excessivamente agressivo. O que se diz nos gabinetes palacianos é que Lira “errou na mão”.

Uma avaliação corrente dentro do governo é que o presidente da Câmara, na tentativa de botar a faca no pescoço de Lula acabou, na verdade, enfraquecido. Mesmo dentro do grupo mais próximo a Lira, o clima é de cautela. Criar uma crise com o governo que pretende hesitar a liberação de investimentos e emendas para depois da eleição, não parece ser de interesse do Centrão neste ano eleitoral.

Com o risco de acabar isolado, Lira já deu demonstrações ao governo que pretende hastear a bandeira branca, mas, apesar dos recados do presidente da Câmara, o governo, mesmo sem escalar o conflito, não parece ter se intimidado.

Apesar de sinalizações de Lira em conversar com o presidente, Lula decidiu que só vai conversar com o presidente da Câmara no final do mês. Após o carnaval o presidente tem compromissos na África, e viaja para o Egito, nos dias 14 e 15, e para a Etiópia, entre 16 e 18, e só após isso é que deve se reunir com o presidente da Câmara, mesma época em que espera marcar conversas com os líderes dos partidos do Congresso.

Equilíbrio fiscal

No evento em São Paulo, Rui Costa garantiu que o governo fará os investimentos do Novo Plano de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), o que não significa que o governo vá descuidar das contas públicas e da responsabilidade fiscal. “É perfeitamente possível combinar equilíbrio fiscal com investimento. O Brasil e o atual governo têm absoluto compromisso com o equilíbrio das contas públicas e queremos atrair os investimentos tão necessários para que o país cresça e corrija distorções sociais e econômicas”, declarou.

NESTE
CARNIVAL,
DESFILE
TODO O SEU

RES
PEIT
EVITANDO
BRIGAS E
CONFUSÃO.

Prepare-se para curtir a alegria do carnaval, onde a diversão encontra com o respeito.

Seja da paz, pule fora de confusão.
Respeite a diversidade.
Hidrate-se! Beba bastante água.
Lugar de lixo é no lixo.
Respeite as minas! Estamos de olho.
E não esqueça a camisinha.

